

Parecer nº 158/99

Data: 1999.10.08

Processo nº 698

Requerente: Cláudio Jorge Ferreira Faustino Pedrosa

1. O pedido e os factos

- 1.1. O Dr. Cláudio Jorge Ferreira Faustino Pedrosa, psicólogo, solicitou à coordenadora da Equipa de Coimbra da Delegação Regional de Coimbra do Instituto de Reinserção Social (IRS), com vista à realização de um estudo que apresentará como dissertação final do curso de mestrado em Psicologia Clínica, *“o acesso a dados sócio-demográficos e jurídico-penais que permitam proceder à selecção dos participantes no estudo e sua caracterização”*.

Compromete-se o Dr. Cláudio Pedrosa – e fá-lo sob compromisso de honra – ao respeito de todas as *“normas de conduta (...) e da ética associada à investigação”* a efectuar no contexto a que alude no seu requerimento. E, por outro lado, assegura *“o mais completo anonimato dos participantes no estudo e que os procedimentos da investigação serão apresentados e discutidos previamente com a coordenadora da Equipa”*.

- 1.2. Estudados os documentos apresentados por aquele psicólogo com vista à instrução do processo e após entrevistas com o interessado, é parecer da coordenadora da Equipa de Coimbra da Delegação Regional de Coimbra do IRS que se trata *“de um trabalho prestimoso, até talvez inovador, cujas conclusões poderão vir a ser objecto de reflexão em termos de Intervenção Técnica e Operativa ao nível interno”* (cf. parecer nº 05/ECb/22, de Julho p.p., constante do processo).

- 1.3. Em idêntico sentido vai o despacho do delegado regional de Coimbra do IRS, despacho esse exarado sobre o referido parecer e por via do qual se submete a questão à consideração superior.
- 1.4. No ponto 2 do seu despacho de 18 de Agosto de 1999, sobre este assunto, diz o Presidente do IRS que *“os processos (...) sobre arguidos/condenados e menores têm inúmeros documentos com informação nominativa, nos termos da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, e são organizados de tal forma que não é possível destacá-los ou destacá-la: isto é, ou se acede a tudo ou não se acede a nada”*.

E diz-se ainda, no ponto 4 do mesmo despacho, que *“(...) o acesso pretendido é a forma adequada de satisfazer o interesse do requerente e que o serviço, face às garantias dadas, não levanta obstáculos”*.

2. Apreciação jurídica

- 2.1. O pedido de parecer foi, em face de requerimento do aludido Dr. Cláudio Jorge Ferreira Faustino Pedrosa, dirigido pelo IRS a esta Comissão, em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 15º da Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

De harmonia com este preceito, *“a entidade a quem foi dirigido requerimento de acesso a documento nominativo de terceiro – como é o caso cfr. artigo 4º, nº 1, alíneas b) e c) da LADA – desacompanhado de autorização escrita deste, solicita o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos sobre a possibilidade de revelação do documento (...)”*.

De resto, poderia neste caso não ser viável colher a autorização escrita das pessoas a quem os dados pessoais constantes dos documentos nominativos possam dizer respeito.

2.2. Como se infere do citado despacho do Presidente do IRS, não é possível aos serviços expurgar toda e qualquer informação relativa a matérias susceptíveis de interferir com a reserva da intimidade da vida privada do arguido/condenado ou do menor e – sobretudo – da sua família.

2.3. A CADA reconhece que o interesse científico manifestado pelo Dr. Cláudio Pedrosa e a importância de um trabalho de mestrado na área que vem proposta (aliás reconhecida quer pela coordenadora da Equipa de Coimbra quer pelo delegado de Coimbra do IRS) são suficientes para fundamentar o interesse directo pessoal e legítimo no pretendido acesso (artigo 8º, nº 2, da LADA). No entanto, nesta ponderação de interesses em confronto, não podem postergar-se totalmente os valores da intimidade da vida privada. Por isso, afigura-se de autorizar o acesso aos processos, nas condições seguintes:

- a) Ser a consulta dos processos individuais feita no próprio local onde tais documentos se encontram, ou seja, nos serviços que os detêm - cf. artigo 12º, nº 1, alínea a), da LADA;
- b) Serem “despersonalizados” os textos, as conclusões e, em geral, os resultados que se elaborem e divulguem – incluindo os apontamentos, registos e outros trabalhos preparatórios -, por forma a impossibilitar a individualização de dados susceptíveis de ofender a reserva da intimidade da vida privada, tanto do arguido/condenado ou do menor como da sua família nuclear;
- c) Ser o Dr. Cláudio Pedrosa informado de que, de acordo com a LADA (artigo 10º, nº 3), *“os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais”*.

- d) Ser, pelo interessado, subscrito documento em que identifique todos os processos a que tenha acesso

3. Conclusão

Em razão de quanto antecede, conclui-se que:

Poderá ser facultado o acesso aos processos individuais, nas condições seguintes:

- a) Ser a consulta dos processos individuais feita no próprio local onde tais documentos se encontram, ou seja, nos serviços que os detêm (cf. artigo 12º, nº 1, alínea a), da LADA);
- b) Serem “despersonalizados” os textos, as conclusões e, em geral, os resultados que se elaborem e divulguem - incluindo os apontamentos, registos e outros trabalhos preparatórios -, por forma a impossibilitar a individualização de dados susceptíveis de ofender a reserva da intimidade da vida privada, tanto do arguido/condenado ou do menor como da sua família nuclear;
- c) Ser o Dr. Cláudio Pedrosa informado de que, de acordo com a LADA (artigo 10º, nº 3), *“os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais”*.
- d) Ser, pelo interessado, subscrito documento em que identifique todos os processos a que tenha acesso.

Aprovado em sessão da CADA de 8 de Outubro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Gameiro dos Santos* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra*